



LUIZ VIANA FILHO

A' MARGEM D' "OS SERTÕES"

LIVRARIA PROGRESSO EDITORA

81.052
972V
00

idernos da UBE

A União Bahiana de Escritores, fundada em julho do ano passado, participante da campanha de conagração dos escritores brasileiros, de tôdas as correntes, tendências e gerações, comparece à área da cultura—inteligência e ação—inicialmente com esta série de cadernos, publicados em conjunto com a Livraria Progresso Editôra, que irão manter, aqui e fora daqui, o grande diálogo das idéias.

PARALELO 13, mera toponímia, pretende situar geográficamente o nosso grupo. Por isto paralelo, e não meridiano, que desejamos ver transposto pelo espraiar da onda em sentido nacional e universalista.

Antena de transmissão da gente aqui acampada, pretende ser, simultâneamente, antena de captação, recebendo, dentro da limitação das nossas possibilidades materiais, os companheiros de jornada, abaixo e acima da nossa latitude.

Pcssa a Bahia, província mas também metrópole, incorporar-se às colunas que marcham de todos os quadrantes, olhos fitos no magnífico ideal de um grande Brasil, num mundo de abundância, justiça e beleza.

A' MARGEM D'“OS SERTÕES”

Cadernos da UEB
Coleção „Paralelo 13”
N.º 8

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

LIVRARIA PROGRESSO EDITORA

1960

Praça da Sé, 26 — Salvador — Bahia — Brasil

LUIZ VIANA FILHO

A' MARGEM D "OS SERTÕES"



EDIÇÃO CONJUNTA COM A UNIÃO BAHIANA DE ESCRITORES

AGUIAR & SOUZA LTDA.

LIVRARIA *Progresso* EDITORA

COLEÇÃO "PARALELO 13"

VOLUMES PUBLICADOS

- | | |
|--|---------------------------|
| 1 — Poemas | Lina Gadelha |
| 2 — Valores Políticos
de uma Elite Provinciana | Machado Neto |
| 3 — A Companhia das Índias | Nelson Araujo |
| 4 — Introdução ao Estudo do Movimento Revolucionário de 1798 | L. H. Dias Tavares |
| 5 — Gregorio de Matos | Antonio Lourenço de Souza |
| 6 — Tempos Escatológicos | Wilson Lins |
| 7 — Festas de Santos e Santos Festejados | Hildegardes Viana |
| 8 — A margem d' "Os Sertões" | Luiz Viana Filho |

E' abundante a bibliografia sôbre Canudos (1). Trabalhos que vão desde os escritos no curso do trágico episódio até os que ainda hoje se inspiram no drama sertanejo. O que prova não haver sido efêmero, nem ditado pelas emoções do momento, o interêsse despertado pela guerra fratricida, da qual emergiu um dos píncaros das nossas letras, Os Serções de Euclides da Cunha. A própria literatura de ficção tem buscado motivos na sangrenta epopéia, que marca o encontro violento, talvez absurdo, das duas civilizações em que, insensivelmente, se dividira a nacioanalidade: a do litoral, pretensiosa e dominadora, e a do interior, sofredora e obstinada.

Nesse entrechoque de paixões, às quais se somavam ressentimentos e desconfianças germinados da queda do Império, dificilmente os homens poderiam ser julgados com insenção. Sem falar nas emitidas com o objetivo de ferir ou malquistar, cada opinião sofria, necessariamente, a influência do am-

(1) José Calasans, **Contribuição ao estudo da Campanha de Canudos**, in **Revista Brasiliense**, n.º 17, S. Paulo, 1958.

biente conturbado. As labaredas impossibilitavam medrar a justiça.

As próprias páginas de Euclides da Cunha, que o marechal Bittencourt, ministro da Guerra, encontrara na Bahia como repórter de guerra, e a quem incumbira de escrever a história da campanha, constituem um libelo antes de serem um julgamento. Mas, das injustiças assoalhadas ao fragor dos combates, nenhuma tão frágil quando vista à distância que o tempo já nos proporciona, do que o ranço, se não a inspiração monárquica, que teria animado, estimulado, ou até armado os fanáticos de Antônio Conselheiro. Também nenhuma tão prenhe de graves conseqüências.

Na época foi corrente a convicção de que por trás dos infelizes rebeldes de Canudos estava todo um estado-maior monarquista. Moreira César, por exemplo, ao vir comandar a terceira expedição não tinha dúvidas sobre as origens monárquicas de Canudos, e tal concepção serviu para revitalizar a flama florianista em declínio. A propósito convém lembrar também as idéias do chefe da última expedição, o general Artur Oscar, e que José Maria Belo assim resume:

“Sensível às manobras políticas dos adversários do Presidente da República, o General Artur Oscar concorria para emprestar à triste campanha de Canudos uma significação que ela não podia ter.

Não hesitara em afirmar que dispunham os jagunços de armas moderníssimas, provavelmente adquiridas na Europa e transportadas através dos ínvios sertões pelos monarquistas... No ambiente apaixonado tôdas as versões podiam correr livremente” (2).

Na realidade, correram e germinaram. E do clima que produziram constitui expressivo testemunho o assassinio de Gentil de Castro. Ferida, a República reagia. Implacável e desordenada. E, no afã de acertar os seus golpes, o florianismo voltou-se contra os “conselheiros”, título possuído por muitos dos signatários do manifesto monarquista de 16 de janeiro de 1897.

Tal circunstância ou preconceito, embora o título lhe tivesse advindo, já na República, da sua qualidade de Presidente do Tribunal de Apelação e Justiça da Bahia, abriu caminho aos adversários do Conselheiro Luiz Viana, então Governador do Estado, para o envolverem na generalizada suspeição, que pairava sobre os “conselheiros”. Naquele tumulto de paixões, não seria fácil extremar os que vinham do Império daqueles agraciados pela República. Realmente, não custou aos antagonistas políticos de Luiz Viana criarem entre os militares sediados na Bahia, na sua quase totalidade antigos

(2) José Maria Bello, **História da República**, 3ª. ed., pág. 206. S. Paulo 1956.

e fervorosos florianistas, um sentimento de desconfiança ante o chefe do Executivo baiano. Vingavam-se assim da atitude de Luiz Viana ao recusar-se a concordar com a exclusão de Rui Barbosa do Senado da República, conforme tanto desejara Francisco Glicério, líder do governo na Câmara dos Deputados. Nas conferências proferidas na Bahia, em maio de 1897, Rui Barbosa, reconhecido, exaltou a firmeza de ânimo do governador:

“Suscitando e sobalçando a minha candidatura, colocara-a a Bahia sôbre um pedestal de noventa e dois mil votos, por uma eleição sem precedentes, que ecoou no país como o rumor de vasta aclamação. As potestades, que hoje em dia dispõem da política nacional, tinham cerrado fileiras contra êsse nome agoitado. Mas, a Bahia o tomou nos braços, e, de um gesto soberano, levantou-o à altura de sua frente, como a terra divinizada no mito grego cingia outrora à cabeça o loiro diadema de espigas apanhadas na modéstia das suas searas. Ela tinha as mãos livres, graças, em grande parte, à probidade, à energia e ao tino de um governo que não se aparceirou na conjuração de adulterar-lhe os sentimetnos.”

Aliás, no jôgo político em que divergira do poderoso Francisco Glicério, “o general das vinte e uma brigadas”, como o chamavam numa alusão às vinte e uma bancadas que o apoiavam na Câmara dos Deputados, bem mais grave do que aquela pri-

meira discordância foi a luta parlamentar após o motim da Escola Militar, em maio de 1897. Dela resultou a rumorosa derrota de Glicério, batido por Artur Rios, amigo de Luiz Viana, na eleição para presidente da Câmara.

Os bastidores explicam a cena aberta. Concomitante ao drama de Canudos, coria o enrêdo político, que, aproveitando a ocasião e os acontecimentos, procurou atirar sôbre o governador a responsabilidade pelo malôgro das três primeiras expedições enviadas para combater os fanáticos. Responsabilidade que insinuavam decorrer de certa complacência, se não simpatia do “conselheiro” Luiz Viana pelos fanáticos a serviço da restauração monárquica. E a intriga produziu frutos. Não fôsse mesmo a invulgar energia o chefe do Executivo. e por certo teria sido deposto, conforme tantas vêzes propalado e esperado.

O tempo, no entanto, sepultou as explorações. Repelidas na época, inclusive por um manifesto dos estudantes baianos, não logrou ter vida longa a manobra política dos desafetos do governador, que também saiu a campo para as desfazer. Numa entrevista ao jornalista Favila, e nas Mensagens ao Presidente da República, teve o governador Luiz Viana oportunidade de deixar bem marcada a correção com que defendera o regime. E, alguns anos mais tarde, Aristides Milton, numa conferência no

Instituto Histórico Brasileiro, (3) dissipou tôdas as dúvidas porventura ainda existentes em tôrno do assunto.

Não raro, entretanto, as balelas renascem. Foi o que ocorreu no trabalho em que o Sr. Dante de Melo pretendeu retificar Euclides da Cunha (A verdade sôbre os Sertões, Rio, 1958), e no qual inexplicavelmente, esposou as que os adversários de Luiz Viana haviam soprado no período da campanha de Canudos, com objetivos puramente politicos. Daí a razão do que se vai ler, e inicialmente publicado no Jornal do Brasil. Não podíamos silenciar. Tanto mais quanto, possuidores de alguns documentos fundamentais para a história de Canudos e também para o exato conhecimento da personalidade e das idéias do Cons. Luiz Viana, assistia-nos o dever de restabelecer a verdade, que o sr. Dante de Melo espezinhara terrivelmente. Dentro dêsse propósito nada sonegamos, nada omitimos. Os documentos falam por nós. Por nós e pela verdade, que é a razão mesma da História.

L. V. F.

Salvador, setembro de 1958.

(3) Aristides Augusto Milton, *A Campanha de Canudos*, in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro*, tomo 73, parte 2ª., 1901.

Capítulo I

A Verdade Sôbre "Os Sertões". Eis o falso título do livro com que o Sr. Dante de Melo, certamente mais desejoso de alcançar fácil notoriedade do que em fazer a "análise reivindicatória da campanha de Canudos", resolveu invadir o assunto d' "*Os Sertões*". Não se preparou, porém, para fazê-lo. Desprovido de elementos, ignorante do assunto, limitou-se a um jôgo de palavras ou gratuitas acusações a que buscou dar ênfase e aparência de veracidade. Na realidade, é um cego em Canudos.

Mas, se a cegueira o absolve, nem por isso torna menos necessário restabelecer-se a verdade tão duramente batida, sob o pretexto de ser contada. E' o que farei, especialmente no que diz respeito ao cons. Luiz Viana, governador da Bahia ao tempo da luta fratricida. De fato, são várias e graves as acusações que o Sr. Dante de Melo, a seu bel-prazer, e sem prova de qualquer natureza, atira contra o estadista baiano. Algumas antigas, explicáveis ao tempo das paixões suscitadas pela tragédia

mas impossíveis de serem hoje exumadas por qualquer pessoa medianamente informada sobre a história brasileira. Outras, agora urdidadas pela imaginação do autor, mas igualmente levianas, como se verá.

Versa a primeira delas sobre a divergência entre o general Solon Ribeiro, comandante do distrito militar com sede na Bahia, e o governador Luiz Viana, que, por isso, conforme afirma o Sr. Dante de Melo, foi “o verdadeiro e único responsável pelo segundo desastre” (expedição Febrônio de Brito), de vez que discordara do “aviso sensato e valioso daquele general gaúcho.” Mas, não contente com isso, logo acresce o fácil acusador: “Nesta altura, é cabível uma indagação mais demorada, referente a uma segunda hipótese interpretativa da atitude de Luiz Viana: uma possibilidade de pretensões monarquistas. Como não? Podia-se ser alto magistrado na República, no interesse da ambição política e da vaidade, e, ao mesmo tempo, continuar-se monarquista.” E, num tom jocoso, incompatível com a severidade da matéria, mas que nos dá úteis medidas, explica: “Um político, no Brasil, é capaz de tudo. Até mesmo... do *Espiridião*”.

Numa palavra: Luiz Viana, monarquista, discordara do general gaúcho para melhor trair a República. Terá o Sr. Dante de Melo alguma prova, ou simples indício, para tão grave imputação? Ne-

nhuma. Socorramos, pois, a verdade comprometida. A verdade e a honra do austero servidor do Brasil.

Vamos aos fatos. Nem é preciso mais que êles. Na realidade, Luiz Viana jamais consentiu em abrir mão das prerrogativas, que julgava inerentes ao governador do Estado. Do mesmo modo que sempre, — antes, durante e depois de Canudos — se bateu pelo respeito à autonomia da Bahia. Daí o desentendimento com o general Solon.

Antes, porém, de entrarmos no âmago do assunto, convém aflorar alguns episódios, que mostram ao nu as convicções do impertérito defensor do que tinha como a própria dignidade da Bahia. Em 1896, próximo a deflagrada a infeliz campanha, quis a política federal impedir a reeleição de Rui Barbosa, e Severino Vieira, senador e amigo de Luiz Viana, advertiu a êste sôbre a conveniência de aquiescer àqueles desejos. Não demorou a resposta, inteiramente contrária à indébita intromissão na política do Estado. E, em 12 de outubro, Luiz Viana escrevia a Severino: “Eu não me sentiria bem no govêrno da Bahia se concorrêssemos para a exclusão do Rui, porque se me afiguraria nosso Estado humilhado sob a pressão de uma política de ódios estranha a ela”. Não se terá aí a estatura do governador, que se dispunha a enfrentar e afrontar a poderosa política de Prudente de Moraes e Fran-

cisco Glicério? Nem foi por outra cousa que Rui Barbosa, mais tarde, escreveria estas palavras de reconhecimento ao governador, que lhe assegurara a reeleição: "Másculo baiano, que, sem afetos políticos ou particulares comigo, recusou anuir no decreto da minha proscrição a êle intimado pela política federal." E Silveira Martins, em 21 de setembro de 1896, assim se dirigia a Luiz Viana sôbre o mesmo episódio: "V. Exa., assim procedendo, subordina os interêsses do partidatismo aos grandes interêsses da Nação, e dá provas duma superioridade política, que o tornam digno do alto cargo, que exerce, de governador da Bahia." (1)

Também o Dr. J. J. Seabra tivera a sua eleição para a Câmara Federal vetada pelos chefes nacionais do Partido Republicano Federal. Ainda aí Luiz Viana foi surdo à intromissão: Seabra representou a Bahia no parlamento nacional.

Tão zeloso no preservar a Bahia em face do poder civil da República, por que não o seria Luiz Viana também ao se tratar de um representante do Exército? O certo é que, do modo por que julgou o governador dever exercer a sua autoridade, nasceram as divergências com o comandante do distrito militar. Historiemos. Verificado o combate e a retirada de Uauá, tão rápidas haviam sido as providências destinadas a evitar que os fanáticos colhessem

(1) Carta inédita in Arquivo do autor.

maiores proveitos do encontro indeciso, que, ocorrido aquêle em 21 de novembro, sob o comando do Tte. Pires Ferreira, já no comêço de dezembro nova expedição, chefiada pelo major Febrônio de Brito, punha-se em marcha de Queimadas para Monte Santo. Contou, de início, com 400 homens. Depois, reforçada pelo exército e pela polícia, alcançou um total de 600 soldados. Entretanto, mal avançara 25 quilômetros, fazendo alto em Cansanção quando teve ordem de retroceder. Por quê? A resposta é simples: inesperadamente, o Gal. Solon mudara de parecer. Agora, em vez de uma coluna única ideara organizar duas, a fim de atacar os fanáticos por dois pontos diferentes. Para o que pediu mais 500 homens ao govêrno federal (Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 2.^a ed. pág. 237), e novos recursos ao govêrno do Estado.

Começaram aí as fundas dissensões entre Solon e Luiz Viana, que, naturalmente desejoso de apressar o têrmo do conflito, não viu com bons olhos o retardamento, que julgava perigoso, dispendioso e desnecessário. São pontos, aliás, a examinar. E vamos fazê-lo. Perigoso por dar tempo a que os fanáticos melhor se apresentassem, pois não era segredo que, espalhada a notícia dos sucessos de Uauá, levas e levas de fanáticos vindas dos pontos mais diversos e remotos, acorriam em defesa do *Conselheiro*. Dispendioso por exigir, dos pobres co-

fres do Estado, soma considerável para a época. E, mais que tudo, desnecessário.

Teria Luiz Viana bons motivos para pensar desnecessário o refôrço desejado pelo Gal. Solon? A indagação é importante. Embora se deva de logo acentuar que, mesmo atendido e aguardado o plano dêsse militar, não é provável que a Expedição tivesse tido melhor sorte. Que representaria mais 500 homens, se afinal foram necessários 7.000 para transpor o baluarte sertanejo? Não nos percamos, porém, em atalhos. Alinhemos os motivos que devia ter o governador.

O primeiro dêles vinha-lhe da informação do próprio comandante da inicial expedição. Invoçou-o Luiz Viana, na Mensagem ao Presidente da República: "Eu não podia deixar de presumir que essa coluna (Febrônio de Brito) fôsse mais que suficiente para debelar os fanáticos, pois me declarara o tenente Pires Ferreira, de volta de Uauá, que se ali dispusesse de mais 100 praças, teria entrado vitorioso em Canudos". Que fonte melhor do que bravo militar, que se empenhara em luta contra os jagunços? Mas, não era só. O próprio major Febrônio, ao receber a ordem de regresso, respondera ao comandante do distrito: "Regressar a Queimadas considero imprudência. Penso momento urge avançar Canudos. Demora tem prejudicado indizível entusiasmo que tive felicidade incutir força".

Não bastaria? Então, prossigamos. Na mesma data, o juiz de Monte Santo, Dr. Gennes Fontes, telegrafava ao govêrno do Estado: “Fôrça atual pode marchar Canudos vantajosamente, se não entenderdes guarneça Monte Santo até reunião definitiva. Bandidos encovados Canudos demonstram pânico, abatimento moral”. O promotor Honório de Lima seguia-lhe as pegadas: “A demora da chegada das fôrças a esta vila está animando Antônio Conselheiro... peço licença para afirmar que as fôrças de que é comandante o major Febrônio de Brito são, a meu ver, suficientes para levar a efeito a pacificação”.

Por último, o capitão Serbeto, mandado ao teatro das operações como observador, informava ao chefe de polícia: “O major (Febrônio) está muito animado em dar conta da emprêsa... O Virgílio e fôrça estão em Monte Santo; neste momento recebi carta dêle, dizendo-me que a fôrça está ansiosa para dar combate ao Conselheiro. Há muito exagêro nos boatos aí espalhados; Conselheiro não terá mais de mil combatentes com armas atrasadas.”

Enganavam-se? Sem dúvida. Contudo, não se iludiam muito mais do que o comandante do distrito, que pedira mais 500 soldados, quando a vitória exigiria dez vêzes mais. Quem, no entanto, não se enganou quanto ao poderio dos fanáticos de Canudos? Quem soube jamais quantos seriam?

A propósito, Euclides da Cunha deixou uma observação lapidar: "Os jagunços eram duzentos ou eram dois mil. Nunca se lhe soube, ao certo, o número".

Não admira, pois, e muito menos poderá ser levado à conta de insidiosa traição à República, que o governador Luiz Viana, de posse de informações tão concordes sôbre a suficiência das fôrças legais, divergisse do Gal. Solon, que mandara o major Febrônio retroceder, retardando o ataque.

Aliás, havendo recebido ordem do Cel. Saturnino Ribeiro, substituto do Gal. Solon, para prosseguir, o major Febrônio de Brito logo telegrafou àquele, em 20 de dezembro: "Canudos podia a esta hora estar sendo liquidado se não fôssem contrariedades a que me submeteram, abatendo até indizível entusiasmo fôrça. Vida pública tem dêsses reveses". Certamente, não poderia ser mais explícito na censura ao superior, que o retivera em Queimadas.

Não temos dúvidas de que, sabedor dessas coisas, velhas, aliás, não cometeria o autor os erros em que abundou. Do mesmo modo que, mais afeito ao regime então vigente, evitaria êste comentário sôbre a exoneração do Gal. Solon: "Em vez de demitido um governador trapalhão, de cuja incapacidade já era prova o desastre de Uauá, foi removido o militar culto". Uma jóia. Mostra considerar o

Sr. Dante de Melo o governador da Bahia mero empregado do Presidente da República, que o despediria num momento de mau humor. E logo um governador como o cons. Luiz Viana!

De fato, a julgar pelo modo impávido por que preservou o governador da Bahia as suas prerrogativas, conforme mostraremos em seguida, não seria fácil, nem suave, a demissão (ou deposição?) ideada pelo apressado autor. “Não ousassem!”, sintetizou Pedro Calmon com exatidão. Realmente, não ousaram.

Capítulo II

Do general Solon Ribeiro, herói da República, disse o marechal Deodoro, que bem o devia conhecer, ter-se êle transformado em “patriota de rua” (R. Magalhães Junior, *Deodoro*, II, pág. 195).

Não custa, pois, compreender quanto seriam difíceis, num momento de derrota e de graves dificuldades, as relações entre o governador do Estado e aquêle comandante do distrito militar. Aliás, talvez porque o pressentisse, o cons. Luiz Viana, embora a braços com vários problemas pertinentes à ordem pública, como ocorreu nas Lavras de Diamantinas e em Barra do Mendes, ambas assaltadas por grupos de malfeitores, evitou quanto pôde valer-se de fôrça federal. Recusou-a inclusive quando, surgida a chamada “questão italiana”, que teve sérios reflexos em Jiquié, Dionísio Cerqueira, ministro do Exterior, lhe sugeriu requisitá-la, para pronta proteção aos súditos italianos ameaçados.

Contudo, ao solicitar-lhe o Juiz de Direito de Juazeiro, o Dr. Arlindo Leone, garantias contra os

fanáticos de Antônio Conselheiro, precisou o cons. Luiz Viana requisitar 100 praças do Exército, logo embarcadas para o sertão.

Seguiu-se o encontro de Uauá (21 de novembro de 1896). E já se deslocara a segunda Expedição, de Queimadas para Monte Santo, quando o Gal. Soion, responsabilizado pelo Ajudante-General quanto ao êxito da diligência, resolveu mandar sustar o ayanço. Poderia fazê-lo? Ou, envolvendo a manutenção da ordem no Estado, e, portanto, ultrapassando as raías prôpriamente militares, estaria tal decisão na alçada e competência do Governador? Em resumo, essa a interrogação formulada pelo cons. Luiz Viana. Se não pedira nem fôra decretada a intervenção federal no Estado, como retirar-lhe a prerrogativa de ser o dirigente supremo e último das operações militares? Podia não dirigi-las sob o ponto de vista técnico, profissional. Mas, salvo se violada a autonomia local, a êle cabia a palavra derradeira sôbre os objetivos a serem alcançados.

Nesse sentido é longa, enérgica, invariável, a correspondência do Governador com as altas autoridades do país. E de tôda ela o que emerge é a coragem, a sobranceira com que se conduziu no grave episódio. Conhecêsse-a, e, certamente, o Sr. Dante de Melo não acusaria tão atropeladamente o bravo chefe do executivo baiano, cuja personalidade vigorosa ignora e distorce inteiramente.

Deixemos, porém, que falem os documentos. Aqui está o telegrama que, em 11 de dezembro, endereçou o cons. Luiz Viana ao general Dionísio Cerqueira, interinamente à frente do ministério da Guerra:

“General Comandante Distrito comunicou-me organizada nova expedição Canudos cientificando-me verbalmente que o Ajudante-General, em telegrama, responsabilizara a êle por qualquer mau êxito diligência. Sinto profundamente que tal ato afete autoridade Govêrno que represento. Parece exorbitante qualquer diligência sem iniciativa Govêrno do Estado para manutenção ordem.

“Só a êle compete pôr em ação meios necessários. Ato contrário importa intervenção que não pedi. Requisitei fôrça federal por presteza diligência visto fôrça estadual estar Interior sendo necessário demora para reuni-la. Não tive intenção provocar atitude que Govêrno Federal mostra tomar, e atenuada pelas boas relações do Comandante do Distrito com êste Govêrno. Se requisição fôrça federal importa fazer comandante do Distrito árbitro das operações podeis mandá-la retirar imediatamente. Govêrno do Estado tem fôrça suficiente para manter a ordem, sob todos pontos de vista. Confio sabereis respeitar preceito constitucional. Saúdo-vos” (2).

(2) Original em poder do autor.

A linguagem é peremptória. E, na dura contingência, dá-nos o retrato, em corpo inteiro, do estadista, que não conhecia outros ditames se não os do que julgava ser seu dever. A resposta de Dionísio Cerqueira, no dia seguinte, é ativa e contemporizadora. Ei-la:

“Por telegrama de 6 do corrente agradeceste-me a solicitude com que providenciei sôbre fôrças em diligência contra Antônio Conselheiro. Por telegrama onze corrente mostraste-vos ofendido, sob pretexto pretensa intervenção minha, bem como govêrno por ter eu responsabilizado o comandante do distrito pelo êxito das operações, e o fizeste em têrmos que não se coadunam nem com a calma, que deve presidir a linguagem dos altos depositários do poder, nem com a consideração a que me julgo com direito, nem ainda com as relações cordiais, que presumia existirem entre nós. Não podeis ignorar que a responsabilidade das operações militares de uma fôrça cabe ao oficial que a camanda, e foi neste sentido que fiz o Senhor Ajudante-General dirigir-se ao comandante do distrito levado pelo interêsse natural de ver em paz minha terra natal, pelo desejo de ser útil ao vosso govêrno, e ainda para que nada pudessem sofrer os créditos do Exército. Não podeis também ignorar nenhuma ação de comando vos é lícito exercer sôbre fôrças federais, ainda quando por vós requisitadas para manter ordem e concedidas Govêrno União na forma

artigo 6.º da Constituição da República. Se julgais que podeis dispensar auxílio fôrças Exército dispensai-o. Eu ficarei com a convicção de ter corrido quanto pude para a paz do Estado que governais. Asseguro-vos que sei respeitar a Constituição e também aos homens que como eu têm direito à consideração pública”.

Evidentemente, estava-se à borda de um rompimento, cujas conseqüências não é necessário encarecer. Avesso a intimidar-se, mas desejoso de colocar o assunto nos seus justos têrmos, Luiz Viana dirigiu-se, por carta, a Manuel Vitorino, no exercício da Presidência da República, e ao próprio Dionísio Cerqueira. Aquele, dizia, em 14 de dezembro:

“Nestas condições, o auxílio do govêrno federal importava numa intervenção e eu não podia aceder a isto — senti que em tal emergência S. Exa. o Sr. Ministro da Guerra mostrasse esposar a opinião do comandante do distrito, em vista de considerações que me fêz em telegrama. Estou convencido que a nova expedição projetada era inteiramente desnecessária e talvez mais perigosa à ordem pública e ao bem-estar da zona que acudia do que o próprio Antônio Conselheiro. Basta dizer a V. Exa. que a fôrça que cambateu em Uauá — ao partir daí, saqueou todo o povoado, havendo soldados que chegaram a Juazeiro com um e mais contos de réis e não contentes com isto incendiaram o povoado.

"Sinto que nesta emergência me falte o apoio do governo federal, que não posso aceitar sob as condições que entende S. Exa. o Sr. Ministro da Guerra, isto é, fazendo o Sr. general árbitro do modo de manter a ordem naquela região.

"Devo ainda dizer a V. Exa. que, nas condições atuais, não deixa de ser prejudicial à Bahia a continuação aqui do ilustre general comandante do distrito tal a prevenção do seu espírito nos negócios locais. Desculpe-me V. Exa. estas considerações. De V. Exa. patricio, amigo afetuoso" (3).

Porventura, expressar-se-ia com tal franqueza quem alimentasse pensamento menos leal à República, como tão reiteradamente declara ou insinua o Sr. Dante de Melo? Esperamos, porém, mudar-lhe o juízo temerário. E por isso mesmo, nesse desafio de documentos, nada será omitido, para que a verdade resplandeça por inteiro. Vejamos, agora, alguns dos tópicos da carta, que, em 15 de dezembro, mandou o cons. Luiz Viana a Dionísio Cerqueira, respigando os telegramas, que haviam trocado:

"Permiti ponderar que não se trata restritamente, na espécie, do art. 6.^o citado. Este art. cogita do caso em que o Governo do Estado, julgando-se impotente para manter a ordem, deposita essa

(3) Carta cedida ao autor pelo prof. José Calasans.

atribuição nas mãos do Governo da União, solicitando sua intervenção. Acredito que façais justiça, não supondo o atual governo da Bahia nestas condições. A União pondo à disposição do Governo do Estado um contingente de força federal, para auxiliar, com presteza, uma diligência não lhe pode tirar o direito de ingerir-se no que é restritamente matéria de ordem... Isto não importa, por certo, “ação de comando”, por parte do Governo do Estado... As intenções que a V. Exa. impulsiona-ram e manifestadas no telegrama de 12, creio-as eu firmemente, mas, uma vez desvirtuadas pelo representante da força federal, cumpria serem restabelecidas com a maior clareza, desprezando-se argumentos só tendentes a fortalecer as deliberações do comandante do distrito. E é preciso convir que os termos em que foram redigidos os referidos telegramas particularizando até detalhes a seguir, ou importavam em caso de intervenção ou, o que é pior, a incapacidade do Governador da Bahia para dirigir uma diligência conducente a manutenção da ordem no Estado... As conseqüências foram o retardamento duma diligência urgente e que já devia estar concluída, por ter-se julgado o comandante do distrito com atribuições, até, de voltar força já em marcha, sem audiência do governo do Estado, encorajando assim os bandidos e trazendo a incerteza e o temor para aquelas populações” (4).

(4) Carta inédita cujo original se encontra no arquivo do autor.

Quem não reconhecerá logo, nesses documentos inequívocos, o homem firme, seguro, que, de viseira erguida, defendia as prerrogativas que lhe julgava inerentes? Pois é êsse homem, cuja palavra sempre foi um penhor de segurança para os seus contemporâneos, que o desviado autor acoima de ter estado embuçado nas dobras da traição para apunhalar a República.

Por isso, Dionísio Cerqueira, que se poderia ter magoado com a veemente correspondência, não se separou de Luiz Viana. Certamente, conhecia-lhe o caráter e as idéias. O capitão Alfredo Leão da Silva Pedra, amigo do Barão de Jeremoabo, escreveu a êste, do Rio: "O Dionísio é quem sustenta a política do Viana, e diz ser uma infâmia classificar o Viana de traidor. Isto que acabo de dizer, sei por intermédio do nosso Ubaldo, que é íntimo do Dionísio" (5).

São nítidas, portanto, as causas das divergências entre o cons. Luiz Viana e o general Solon Ribeiro: têm raízes na maneira decidida, enérgica, intransigente, com que aquêlê defendeu as prerrogativas do Governador da Bahia. Fê-lo à luz do sol, abertamente, sem reboços. Por que, então, todos aquêles motivos escusos, que o Sr. Dante de Melo, à mingua de melhores informações, tenta pôr em circulação?

(5) Arquivo do Barão de Jeremoabo. Pertence ao seu neto Dr. João da Costa Pinto Dantas Junior.

Nesse passo, é oportuno falarmos do “monarquismo do cons. Luiz Viana: é outra balda do autor mal provido de conhecimentos. Há muito ninguém dá crédito a essa balela, que atingiu a própria coletividade baiana. Repeliu-a Euclides da Cunha ao referir-se ao “conceito falso” e à “suspeita extravagante a respeito das crenças monárquicas da Bahia”. “Eram cossacos em ruas de Varsóvia”, escreveu o autor d' *Os Sertões* ao se referir aos expedicionários que “ali saltavam com a altaneira provocante de triunfadores em praça conquistada”. De fato, no ambiente criado pelos desastres de Canudos, tôdas as inverdades tomavam corpo, contanto que estivessem ao gôsto dos exaltados em busca de responsáveis pelos insucessos. E uma delas foi o “monarquismo” do Conselheiro Luiz Viana, cujo próprio título era fácil imaginar como reminiscência do antigo regime. Na realidade ganhara-o na República ao ascender ao mais alto tribunal de justiça do Estado. Não eram, porém, “conselheiros”, notórios chefes monarquistas, como Lafaiete, Ouro Preto, e João Alfredo? A época prestava-se a tôdas as confusões — “a nevrose demagógica deformava tudo”. Até no Rio estourou o que Rui Barbosa chamou “o trovão de 8 de março”, e custou a vida de Gentil de Castro e a destruição do *Liberdade* e da *Gazeta da Tarde*. E Rui, fundador da República, não precisou “retornar, foragido”, buscando “o homizio do inocente”?

Não surpreende, pois, que sôbre Luiz Viana recaísse, então, a pecha de monarquista. E monarquista ativo, a serviço da restauração. Contudo, não serei eu, e sim o próprio acusado quem responde aos seus detratores. De fato, ao responder ao jornalista Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias*, do Rio (Vide n.º de 28 de julho de 1897), que abordara o assunto, disse-lhe apenas isto: — “Que interêsse podia ter eu na restauração? Na monarquia nunca passei de obscuro magistrado. Tendo consciência de que ninguém fêz mais asceção da República, para que ela fôsse bem aceita na Bahia, do que eu”. Realmente, modesto magistrado durante o Império, Luiz Viana fizera carreira vertiginosa sob a República, ocupando sucessivamente a chefia dos três poderes do Estado: Presidente da Constituinte (1892); Presidente do Tribunal de Apelação (1893); Governador do Estado (1896).

A razão formulada pelo cons. Luiz Viana salta aos olhos de qualquer pessoa de boa-fé. Ao sr. Plínio Barreto, n' *O Estado de S. Paulo* (30 de março de 1958) logo ocorreu a contradição que existe num governante almejar a vitória dos rebeldes. Por isso, recusando a suspeita argüida pelo Sr. Dante de Melo, observa o ilustre e provector crítico: “E’ uma suposição que, a meu ver, não encontra apoio nos fatos e que só se poderia admitir se faltasse àquele governador a dose mínima de bom-senso que os homens públicos devem ter. Gover-

nador de um Estado importante, a meio caminho de outros postos mais elevados, Luiz Viana só teria que perder com a vitória dos jagunços”.

O argumento é meridiano. Nem há hoje ninguém responsável que ainda acredite nessa lenda do monarquismo de Canudos. Muito menos nas idéias restauradoras do cons. Luiz Viana, cuja atuação, no preparo e no apoio às forças republicanas mostraremos adiante quanto foi vigilante e pronta. Infelizmente, o Sr. Dante de Melo ainda admite que “Antônio Conselheiro sucedera a Saldanha da Gama”.

III

Retomemos o fio da meada. Exonerado o Gal. Solon, ia prosseguir a marcha o major Febrônio de Brito, que tão contrariado se mostrara com o atraso. Antes, porém, pediu um “bom artilheiro” e a “remonta de cem homens pelo menos e oficiais”. Tudo lhe foi dado com largueza, informou o cons. Luiz Viana ao Presidente da República: “Com a presteza que o caso requeria, foi satisfeita a requisição do comandante da expedição, mandando eu, além das cem praças do exército solicitadas, mais cem de polícia, subindo assim o efetivo das forças a seiscentos homens”.

Podia assim o comandante da expedição realizar o assalto por que ansiava e de cujo êxito se sentia seguro. Pelo menos é o que se infere dos telegramas que em 27 e 28 de novembro transmitira ao chefe de polícia, Félix Gaspar. Lia-se no primeiro: “Oficiais e forças estaduais corretíssimos. Bandidos engrossam Canudos. Creio debelá-los definitivamente. Está em minha honra de soldado”.

E no segundo: "Creio haver pânico covil perversos. Ansioso entrar operações definitivas Canudos. Telegrafo general urgência vinda fôrças para êxito completo". Não havia sombra de dúvida sôbre o triunfo.

Desgraçada e surpreendentemente, o revés foi terrível. Malgrado a bravura do major Febrônio, cuja ação ressalta das *Páginas Íntimas* do Dr. Albertazzi, médico da Polícia a quem deveu Euclides da Cunha os informes sôbre os sucessos dessa expedição, houve que bater em retirada. A derrota não é, porém, apenas má conselheira: exige justificação. E, desesperado pelo malôgro, resolveu o major Febrônio, até pouco antes reconhecido à solicitude dos auxílios obtidos, atirar sôbre o govêrno baiano, e especialmente o seu chefe, a culpa do insucesso.

A alegação, no entanto, nunca logrou ficar em pé. Em duas oportunidades teve o cons. Luiz Viana ocasião de a liquidar de modo cabal. A primeira na Mensagem ao Presidente da República, em 15 de março de 1897, e na qual, aos calorosos e confiantes telegramas do major Febrônio fêz esta observação: "Diante de tudo isto não era lícito ao govêrno duvidar um momento do êxito da expedição, e foi sob tais auspícios que marchou contra Canudos a columna do major Febrônio de Brito". De fato, se antes de recebidos os reforços, que lhe foram enviados em

dôbro, já dizia que “Canudos podia a esta hora estar sendo liquidado”, como duvidar do triunfo? Na realidade, a linguagem usada pelo major Febrônio após a derrota não suporta confronto com a que teve antes do ataque. Depois, por exemplo, queixou-se da falta de munições e de encontrar-se cercado de inimigos. — Nada menos exato. Assim, de Queimadas, nos fins de novembro, telegrafou ao Dr. Félix Gaspar: “Comissário Serrinha e daqui incansáveis. Juiz de Juazeiro comigo desde ontem, igualmente.” E, já no fim de dezembro, não mudara o tom: “Coronel Felisberto acaba remeter-me vinte animais grátis, só vencendo condutores. Maior dificuldade aqui falta arreios tração. Não aparecem. Despesas condutores serão a cargo comissário Monte Santo auxiliar ativo.” Pequena queixa para quem, depois, se diria de todo desajudado, e agora sublinhava os préstimos dos agentes do govêrno do Estado. Por isso, pondo de vez por terra as precipitadas justificações do bravo comandante da fôrça vencida, diria o cons. Luiz Viana ao jornalista Favila Nunes:

“Não houve expedição ainda contra Canudos que tivesse os recursos e os elementos para obtê-los que teve a do Major Febrônio. Munições de guerra teve-a em tanta quantidade que julgou desnecessário levar tôda para Canudos, deixando mais de duas terças partes em Monte Santo. — Mesmo de bôca teve-a quanto quis...”

Compreende-se, porém, que o brioso oficial, fugitivo pela má fortuna, buscasse uma explicação infeliz, que jamais logrou guarida entre os que estudaram o assunto. Nem lhe devemos tomar contas da retirada, embora diga Euclides da Cunha que “o investir de arranco com o arraial, arrostando tudo, talvez fôsse a vitória”. Baste-nos o heroísmo com que lutou. Mas, o que não se explica é que, passadas mais de seis décadas, ainda apareça alguém tão mal fornido de conhecimentos que seja capaz de apontar o cons. Luiz Viana como “o verdadeiro e único responsável” pela derrota do major Febrônio.

Até parece pilhéria!

*

* *

Ao meter o bedelho na expedição de Moreira Cesar, continua o Sr. Dante de Melo inteiramente virgem no assunto. De início, imputa a Prudente de Moraes a má escolha do chefe da nova expedição. Pobre Prudente. Aquela hora, gravemente enfêrmo, continuava fora da Presidência. Exercia-a, como ninguém ignora, Manuel Vitorino, que nomeou Moreira César.

Por sinal contra a opinião de Luiz Viana. Munhoz de Goes, que ao tempo freqüentava as rodas do governo baiano, deixou alguns apontamentos,

que foram recolhidos por Braz do Amaral. Num dê-les, datado de 4 de fevereiro, véspera da chegada daquele chefe militar, anotou: “A situação agrava-se de minuto a minuto. Manuel Vitorino não ouviu Viana sôbre a nomeação do M. César, oficiais e batalhões para a expedição dos Canudos. Ontem a deputação federal, o Governador e Severino pediram ao Govêrno a nomeação de outro general para comandar a fôrça expedicionária: tiveram resposta negativa. A situação está grave: os militares insultam diária e públicamente ao Govêrno do Estado; fundam um clube militar; preparam magnífica manifestação ao M. César... A soldadesca diz que vai impor ao M. César a deposição do Viana... Parece que tudo é movido pelo Glicério descontente pela entrada na chapa federal do Dr. Seabra e Castro Rebelo.” (6)

Qual a triste sorte da expedição não é preciso dizer. E no malôgro ceva-se o libelo do Sr. Dante de Melo. Lavou a alma em levianas acusações ao governador da Bahia. Por exemplo: “Que retirassem. Que fugissem mesmo, concedamos um instante. Mas, ao menos conduzissem as armas... Não se terá tratado de uma farsa, bem tramada ou bem executada por monarquistas inconfessos?... Achou-se, ao tempo, que Luiz Viana protegia os fanáticos. Mas a suspeita murchou. Talvez não tenha sido

(6) Arquivo de Braz do Amaral, in Inst. G. e H. da Bahia.

despautério como julgaram outros... Seria impossível a um dêles, aliando o bem-estar facultado pelo cargo governamental (que ainda o defendia de suspeitas) aproveitar a ocasião surgida a talho para tentar a sorte em favor do regime havia pouco tombado?... Assim, da Bahia de Luiz Viana, ou da Minas liberal e monarquista não teria saído, nos batalhões, alguns soldados, alguns graduados, de encomenda para um plano solerte de fracasso da expedição comandada pelo temível Moreira César?"

Pelo pano de amostra vê-se a qualidade do tecido. Não satisfeito em apontar o governador como embuçado partidário dos fanáticos, macula a heróica força da polícia baiana. Dois coelhos numa cajadada. Mas, para fazê-lo, mercê de Deus, não possui qualquer prova. Desconhece até o folclore, que celebrizou a bravura do 5.º de Polícia:

Coronel Moreira César

Viva o nosso Brigadeiro

Viva o 5.º de Polícia

Viva o exército brasileiro.

Como sempre, o Sr. Dante de Melo ignora tudo, inclusive o que foi a bravura da polícia da Bahia. Ignora o que sobre o 5.º de Polícia escreveu o Sr. Deolindo Amorim. Ignora que o major Febrônio, na ordem-do-dia sobre a dramática retirada, agradeceu "ao Sr. capitão Virgílio Pereira de Almeida,

comandante da fôrça policial, a dedicação com que cumpria as minhas ordens e a disciplina que manteve em sua fôrça”. Ignora que, no ataque desfechado por Moreira César, “das 150 praças que ela (Polícia) pusera em linha de fogo, um térço apenas escapou com vida”. Ignora que o general Artur Oscar, ao celebrar a vitória declarou que “procurara dar as posições mais arriscadas” aos batalhões baianos 9.º e 16.º de infantaria, e “aproveitara o 5.º Corpo de Polícia do Estado para tôdas as comissões difíceis e arriscadas”. E' sôbre êsse sangue herôicamente vertido que o Sr. Dante de Melo deseja passar o mata-borrão de uma suspeita desabonadora. Aliás, criar suspeitas parece ser a grande especialidade do autor.

Vejamos agora a correção com que o cons. Luiz Viana cumpriu os seus deveres com a expedição Moreira César. Quem vai dizê-lo é o comandante da expedição, que, mal chegado a Queimadas, telegrafava, em 8 de fevereiro, ao governador: “Aqui chegamos sem novidade. Doutor Chefe de Polícia, como autoridades, têm empregado todos esforços remover dificuldades”. E, dois dias depois, reiterava o inditoso militar a exação com que o ajudavam as autoridades subordinadas ao Governador, que nesse sentido as instruíra: “Nada nos tem faltado. Só me preocupo apressar movimento, pois estou convencido qualquer demora será prejudicial. Doutor Chefe de Segurança funcionário distinto, cavalheiro incansável”.

Não há, pois, como duvidar da perfeita colaboração dispensada pelo governo baiano. Ou admitir-se-á que o velho e experimentado soldado deixar-se-ia engodar por uma simples aparência de colaboração? O certo é que tão senhor se julgava Moreira César da situação que, havendo aportado a Salvador o 16.º Batalhão de Infantaria, com 300 praças e 30 oficiais, êle, no dia 11, telegrafava a Luiz Viana: "Em vista notícias da fuga Conselheiro, apressar operações me parece de grande vantagem; por isso poderão vir do 16º de Infantaria apenas 100 homens...". Prova do quanto se julgava forte.

Os fados, no entanto, mostraram-se contrários ao que imaginara Moreira César: a expedição viu-se destrugada, apesar do heroísmo dos seus componentes, muitos dêles, a começar pelo chefe, havendo pago com a vida a louca arremetida contra Canudos. Que culpa poderia, porém, assistir ao cons. Luiz Viana pela precipitação com que aquêlê comandante mandara investir sôbre o reduto dos fanáticos? Certamente nenhuma. Tanto mais quando, conforme vimos, proporcionara-lhe tôda a ajuda, aparelhando-o devidamente para a dura missão. Onde o "otimismo suspeito de Luiz Viana", de que fala o Sr. Dante de Melo numa das suas habituais aleivosias? Também em parte alguma.

Aliás, ao lamentar o terrível revés, que expôs ao Presidente da República, dizia o cons. Luiz Viana: "Tudo assim disposto, e cercado de todos os

elementos que considerou necessários, e que o governo do Estado prestou-lhe com solicitude e prontidão, partiu para Monte Santo o coronel Moreira César; e tão seguro estava a respeito da situação de suas tropas e das condições do inimigo, que em telegramas que correm impressos, dirigidos ao governo da União, afirmava não duvidar um instante da vitória que o aguardava, sendo seu único receio que não o esperassem os bandidos”.

Na realidade, fôra tão eficiente e pronta a cooperação do governador Luiz Viana com o coronel Moreira César que, ao conhecer-se a desgraça abatida sobre os atacantes de Canudos, logo o marechal Machado Bittencourt, ministro da Guerra, encarregou àquele a valiosa ajuda. Eis os termos em que externou o auxiliar de Prudente de Moraes, que, em 4 de março, reassumira a Presidência da República quase inesperadamente: “Confiado na vossa dedicação pela causa que defendemos, espero continueis a nos auxiliar com tudo que fôr preciso”.

Assim, do infortunado chefe desaparecido ao marechal Bittencourt, ambos autorizadas testemunhas dos acontecimentos, não há discrepância quanto à leal colaboração do cons. Luiz Viana. Ambos proclamam-lhe a irreprochável correção.

I V

A política sempre corvejou as derrotas militares. Canudos não escaparia à regra. Máxime por ocasião do desastre de Moreira César, embarcado entre as apreensões dos jacobinos, foi fácil fomentar desordenada onda de vingança contra os “responsáveis”, diretos ou indiretos, por aquêlê insucesso republicano. O próprio Moreira César, aliás, viajara convicto de que o episódio sertanejo era apenas parcela da grande conspiração restauradora.

E’ de Manuel Vitorino essa narrativa sôbre o receio do impulsivo comandante: “Quando o Governo lhe dava plena liberdade de ação e punha à sua disposição tôda a fôrça de que êle houvesse mister, o distinto patriota recusava, declarando — que requisitaria qualquer refôrço se fôsse preciso, porém de patriotas, porque entendia não desfalcas as guarnições da Capital e das cidades principais da União, porque estava convencido de que êsse movimento (Canudos) era auxiliado em obediência ao plano de distribuir fôrças para melhor faci-

litar a execução dos intuitos e planos monarquistas”. Naturalmente, o temor de Moreira César não representava pensamento isolado: refletia o que era corrente entre os “exaltados”. E estes, morto o chefe militar, “entenderam ser magnífico o ensejo — diz Aristides Milton — para fazer o governador da Bahia e seus amigos passarem como responsáveis pelos acontecimentos ocorridos”. Não desejara a soldadesca, segundo o depoimento já citado de Munhoz de Goes, “impor ao Moreira César a deposição do Viana”?

Imagine-se, pois, qual o estado de espírito dessa “soldadesca” após o sacrifício do chefe legendário. Os adversários de Luiz Viana, que ascendera ao governo após áspera e apaixonada luta, tinham onde se fartar. Os próprios chefes da oposição ao Governador, os Srs. José Gonçalves e o Barão de Jeremoabo, respeitáveis figuras vindas da monarquia, embora não lhe imputassem intenções restauradoras, nem por isso deixavam de aparecer na imprensa, atribuindo-lhe responsabilidade nos malogros verificados. O Barão de Jeremoabo, por exemplo, em artigos publicados, declarou que, ao mandar a primeira expedição contra os fanáticos, fôra propósito de Luiz Viana “sòmente dispersá-los para que, ao depois, em bandos, arrasassem e destruissem as minhas propriedades e fazendas”. Mas, enquanto isso, os menos responsáveis faziam circular tôda a sorte de boatos, insinuações, notícias.

O Alferes Macambira Monte Flôres, derrotado Moreira César, escreveu ao Barão de Jeremoabo, de quem era amigo: “Desgraçadamente o bravo Cel. César deixou-se levar pelas pérfidas informações dos Srs. Artur Rios, Luiz Viana, e o tal chefe de polícia com quem morava em Queimadas!”. Certamente, preparavam a fogueira, onde, em holocausto à República, esperavam queimar o governador.

O curioso é que naquêlé torvelinho de paixões, no qual tôdas as fantasias podiam germinar, não escapou o Dr. José Gonçalves, contrário a Luiz Viana, e a quem também se atribuiu a morte de Moreira César. José Calasans (*O ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, pág. 74) escreve a propósito: “Nas conversas à boca pequena, os nomes de Luiz Viana e José Gonçalves eram apontados como mandantes do crime. Dividiam-se, naturalmente, as opiniões. Afeiçoados do Governador Luiz Viana aceitavam a culpabilidade de José Gonçalves; correligionários de José Gonçalves acreditavam na interferência do chefe do executivo. Tudo, naturalmente, frutificando no seio dos mais exaltados...” E se hoje é preciso aparecer o Sr. Dante de Melo para dar crédito a essas fantasias, a verdade é que, ao tempo, produziram grandes e graves efeitos.

Aliás, antes de passarmos adiante, convém ver essa informação de José Calasans sôbre as relações entre Moreira César e Luiz Viana, assunto que

foi motivo de inúmeras versões: “Quanto a Luiz Viana, escreve, então Governador do Estado, era corrente ter tido, no Palácio da Vitória, por ocasião da rápida passagem de Moreira César pela cidade do Salvador, rumo a Canudos, uma forte alteração com o comandante da Terceira Expedição. Moreira César ameaçara Luiz Viana, declarando que quando voltasse de Canudos com êle acertaria contas. O boato é destituído de qualquer fundamento. Moreira César mantinha antigas e boas relações de amizade com Luiz Viana. Existe mesmo, neste sentido, uma declaração formal do ilustre soldado estampada no *Jornal de Notícias* de 8 de fevereiro de 1897. Ei-la: “Se a disciplina não me ordenasse o cumprimento do dever, eu ainda me consideraria grato a S. Exa. porque quando, em 1891, me retirei da Bahia, sozinho, sem acompanhamento de ninguém, somente recebi os cumprimentos do atual Governador da Bahia”.

A declaração põe por terra tôda a sorte de boatos quanto aos desentendimentos entre o governador e o comandante da Terceira Expedição. A época, no entanto, não era propícia à verdade, e, sopradas pela política, as labaredas, morto Moreira César, ameaçaram extraordinariamente a permanência, no poder, do governador Luiz Viana. Não se realizaria agora aquela imposição que se dizia estar no pensamento da soldadesca voltada contra o governador? A idéia, pelo menos, andava na

cabeça e no desejo dos seus adversários. E não fôsse o ânimo forte, a sobranceira com que costumava cumprir os seus deveres, e, certamente, não teria mantido o poder, que lhe fôra confiado pela Bahia. Prova disso, e que nos proporciona nítida idéia da tormenta com que se defrontou o governador, são estas notas deixadas por Munhoz de Goes:

“7 de março. Na noite de ontem para hoje não se dormiu em Palácio, na Polícia, e no Quartel-General. Ontem pela manhã o cons. Luiz Viana chamou seus ordenanças e, dando-lhes armas disse-lhes que se o Palácio fôsse atacado por fôrça do 16.º matassem sòmente oficiais. Palácio tem sòmente 50 praças e os 4 ordenanças bem armados... Às 2 horas da madrugada chegou o Comandante do 16, que acompanhara M. César. O capitão Sales é quem comunica ao Viana os passos dos Conspiradores. A correspondência foi ativíssima esta noite”.

Vigilante, Luiz Viana defendia as prerrogativas do poder civil. Não seria êsse o seu dever?

Nesse ambiente de exaltação, com os adversários a corvejarem a tragédia da Terceira Expedição, tratou-se de organizar novas fôrças para esmagar os fanáticos. Um capitão Alfredo Leão da Silva Pedra, afeiçoado ao Barão de Jeremoabo, escreveu-lhe do Rio de Janeiro, em 15 de março de 97: “Tenho esperanças de que, ao chegar aí o C. Tiradentes (não conseguimos apurar se se trata de al-

gum batalhão ou oficial) talvez este traidor Papa-Mel (apelido dado a Luiz Viana pelos adversários) seja deposedo e tenha a mesma sorte do Gentil (de Castro). O Artur Rios a 7 do corrente foi esbofetado em plena rua do Ouvidor, não sendo morto por uma dessas cousas, porém, creia que não escapará... E' bom dizer ao Filgueiras que mantenha correspondência com o Gal. Costallat, pois este é nosso amigo e pode fazer muito pela nossa política" (7).

Que importa que o próprio Moreira César houvesse telegrafado ao Ministro da Guerra, nestes termos peremptórios? — "Governador e mais autoridades do Estado têm sido em extremos solícitos em me auxiliar". Que importa se haveria de aparecer o autor da falsa *Verdade sobre Os Sertões* para fazer tábula-rasa de tudo isso, pondo em circulação, mas sem lhes dar esse cunho, tôdas as balelas aparecidas no torvelinho das paixões?

De fato, ao tempo, por mais falsos e infundados, todos os aleives tinham curso, produzindo terríveis efeitos em meio aos dolorosos e dramáticos acontecimentos. Punham a verdade pelo avêso. Quantos, no entanto, se poderiam manter indenes naquele inferno de paixões, de mortes, e de sofrimentos? O que admira é que, passados mais de sessenta anos, e quando a verdade já foi mil vên-

(7) Arquivo do Barão de Jeremoabo.

zes dita e demonstrada, ainda apareça o Sr. Dante de Melo, obrigando-nos a repeti-la. O fato é que, sobrepondo-se impavidamente à vaga dos irritados e inquietos patriotas, o cons. Luiz Viana não somente alcançou preservar as prerrogativas do poder civil, mas também teve tempo para dar aos vencedores de Canudos a certeza de que ninguém mais do que elle contribuíra para a vitória das armas republicanas. Nesse sentido são eloquentes os depoimentos dos generais Girard e Silva Barbosa, bem como o de Artur Oscar, bravo comandante da Quarta Expedição.

E o marechal Bittencourt, ministro da Guerra deu conta a Luiz Viana do desfecho da luta: “Agora à noite recebi parte do Gal. Artur de terem ontem feito reconhecimento identidade pessoa Antônio Conselheiro num cadáver encontrado no santuário, o qual demonstra haver conselheiro falecido há 15 dias. De tudo lavrar-se-á um têrabéns à República e à Bahia. Cordiais saudações. Monte Santo, 7 de outubro de 1897”.

Era o fim. Sôbre o jagunço vencido, ao qual se quisera mostrar “o brilho da civilização dentro armas da legalidade. Salvava-se a República. E, graças ao ânimo forte do cons. Luiz Viana, também haviam sido salvas a autonomia da Bahia e as prerrogativas do poder civil, como deveria estar na boa prática republicana. E, para que não houvesse dúvida quanto à consciência e a correção

com que agira, êle diria ao general Artur Oscar, no banquete com que se festejou o vencedor, essas palavras de que muitos baianos ainda hoje se orgulham: *A Bahia é republicana por que quer. Se não o quisesse, quem a obrigaria?*

O resto são "estórias", como dizem os rudes e inteligentes sertanejos, para assinalar a parte que nelas tem a imaginação, a fantasia, se não o propósito malicioso. Que nos perdoe, pois, o Sr. Dante de Melo se cometemos algum excesso ao retificá-las. Outros talvez façam o mesmo no que diz respeito a Euclides da Cunha, também tão mal julgado e tão mal assimilado pelo crítico bisonho. Era preciso. Sobretudo para restabelecer algumas verdades sacrificadas na infeliz "análise reivindicatória", que, esperamos, tornará o Sr. Dante de Melo mais prudente nas arremetidas por terreno que desconhece inteiramente.